



18 de setembro de 2019

Expansão do programa Territórios Sociais para Grandes Complexos de Favelas: políticas integradas para inclusão social

Palestrante – Andrea Pulici, Coordenadora Técnica de Projetos Especiais do IPP



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 18 de setembro de 2019

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Expansão do programa Territórios Sociais para Grandes Complexos de Favelas: políticas integradas para inclusão social

O presidente do Instituto Pereira Passos deu início à reunião e realizou as seguintes observações:

- O Programa Territórios Sociais já entrou em uma nova fase. É um programa que temos muito carinho, desenvolvido na Prefeitura pelos técnicos. Convidamos a Andrea Pulici hoje para ela falar sobre as novas ações.

Em seguida, foi dada a palavra à Andrea Pulici, Coordenadora Técnica de Projetos Especiais do IPP.

- Estão conosco a Fernanda Prudêncio e a Luciana Ribeiro, da Secretaria Municipal de Saúde; e a Fabiana Souza, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

- Fizemos uma apresentação sobre o Programa na primeira onda, quando fizemos a primeira busca ativa. A ideia hoje é apresentar a nova fase do Programa, onde estamos entrando em dez complexos (de favelas). Vou fazer apenas um resumo do que foi a onda 1 e a onda 2 e atualizá-los sobre onde estamos agora. No "Territórios Sociais", nosso objetivo é encontrar famílias em extrema vulnerabilidade e trazer para dentro dos serviços da Prefeitura. A primeira onda constituída por esses setores censitários em azul (no mapa). Tivemos, na verdade, duas ondas. A primeira foi na Zona Oeste. Nesse outro azul (do mapa) são setores censitários que fizemos da onda 2. O total da área em azul são 180 setores censitários, cerca de 20 mil domicílios, dos quais 2.324 famílias foram categorizadas como participantes do Territórios Sociais.

- O três pilares do programa são: busca ativa; uma ação integrada dentro do protocolo que foi desenhado pelos secretários da Prefeitura; e o monitoramento das famílias, até que de fato consigamos melhorar sua vulnerabilidade. Na busca ativa o que aplicamos é o questionário do IPM (Índice de Pobreza Multidimensional). Ele é um questionário relativamente curto, onde perguntamos a escolaridade de pessoas com mais de 14 anos; se tem criança fora da escola ou creche; se alguma criança faleceu antes dos 5 anos; se a família tem a preocupação que os alimentos acabem antes que de novos alimentos serem comprados; qual o padrão construtivo da moradia _ se tem chuveiro, vaso sanitário, esgoto sanitário _, e se tem dois itens somando filtro de água e geladeira. Cada componente desse compõe 1/3 e a família fica categorizada em risco 1, risco 2 e risco 3. Risco 2 e risco 3 é quando a família tem acima de 33% desses indicadores. Todas essas famílias foram trazidas para dentro do Programa.

- O Plano de Ação Integrada foi desenvolvido por técnicos da Prefeitura. Dentro do Programa Territórios Sociais, além do IPP e da Casa Civil, temos a Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação, Trabalho e Cultura. É premissa do Programa que após 6 meses, nós voltamos às casas e aplicamos o IPM de novo para ver o quanto conseguimos resolver ou melhorar a vulnerabilidade das famílias. Fizemos um sistema que hoje está funcionando integrado dentro do SIURB para monitoramento dessas famílias. Então, quando nosso agente de campo faz o questionário a uma família, ele automaticamente sobe as informações para o sistema e começamos a poder enxergar essa família. Assim todas as secretarias do Programa enxergam a família ao mesmo tempo, o que facilita muito o monitoramento. E, nessa fase dos grandes complexos de favelas, temos o apoio da ONU-Habitat como nossa parceira para a implementação do Programa.

- Para quem não se lembra, o protocolo basicamente consiste em: fazer a busca ativa, identificar as famílias, e dar start no protocolo. Na busca ativa em grandes complexos, quando identificamos uma família com criança fora da escola, o próprio agente de campo entrega um formulário encaminhando a família para o CRE. Estamos dando muita ênfase a crianças fora da escola nessa etapa do Programa. E geramos formulários próprios de encaminhamento que vai para as respectivas unidades de saúde da região. Toda família abarcada pelo Programa Territórios Sociais é visitada por um agente comunitário de saúde (ACS). Ele vai lá para fazer seu protocolo; se a família não está cadastrada, é feito o cadastro ou então é atualizado o existente. Aí o agente comunitário verifica todos os indicadores de saúde: se tem adolescente grávida que deve fazer pré-natal, se tem criança sem vacina, se têm bebês, pessoas com problemas vasculares etc. A saúde faz seu protocolo e não passamos por dentro de nenhuma roda. A única diferença é que ao final da visita do ACS, eles já deixam o formulário pronto para aquela família procurar o CRAS. Quando a ACS faz essa visita, o agente insere no sistema a data, se a família estava cadastrada ou não e a data do último cadastro. Depois a Saúde, no seu painel de monitoramento, acompanha os indicadores. No nosso protocolo de busca ativa, indica que dia a visita foi feita, se estava ou não atualizado o cadastro, ou se foi feito um novo cadastro. Aí monitoramos a família a chegar no CRAS. Lá ela recebe o atendimento. O CRAS faz o plano de atendimento individual ou familiar. Se tem alguma vulnerabilidade, faz o encaminhamento ou para o CREAS ou para outra secretaria. Se se a criança estiver fora da escola, eles encaminham para o CRE. Eles, também, encaminham para Emprego e Inovação. Um dos gargalos desse protocolo é quando a família não tem documentação. A Assistência tem feito um protocolo próprio para resolver a questão da documentação. A Prefeitura tem um comitê, o CONDOC, que está tentando fazer um protocolo integrado disso. E a resposta mais rápida que estamos dando para as famílias do Programa são as ações sociais que fazemos no território, uma por mês, onde chamamos essas famílias para a escola local e levamos a Fundação Leão XIII e o DETRAN para que as pessoas possam tirar os documentos.

- O Mauro Osorio já apresentou várias vezes esses dados sobre o perfil de uma família do Programa, relativos à primeira e à segunda onda: 95% tinham insegurança alimentar; 8% dos domicílios possuíam uma criança que havia falecido; 23% tinham crianças fora da escola; 22% tinham crianças fora da creche; 75% dos alunos não tinham 5 anos de estudo; 30% das pessoas não possuíam CPF, e não tendo CPF não estavam dentro do CAD único e não conseguiam receber nenhum programa de transferência de renda; 70% não possuíam filtro de água; 22% não possuíam chuveiro e vaso; 12% das casas não tinham paredes de alvenaria; 36% não tinham água proveniente de rede; e 66% dos domicílios não tinham esgoto. Ao longo da onda 1 e onda 2, identificamos que as ações de cunho social eram mais fáceis de serem respondidas. Mesmo com todos os problemas territoriais de atendimento e falta de mão de obra na Assistência, em 6 meses conseguimos resolver. As questões de infraestrutura são mais difíceis. No primeiro conceito do Programa, apenas a Secretaria de Habitação estava envolvida (nessa gestão ela é uma subsecretaria) e a solução que demos foi criar um grupo de trabalho do Eixo Urbano. Até o final da apresentação, o Valverde vai nos atualizar um

pouquinho sobre o trabalho desse GT. Eles vêm trabalhando no diagnóstico de todos esses assentamentos e têm procurado propor soluções para que possamos atender mais rápido essas questões de infraestrutura.

- Como resultado, levando em consideração a onda 1 e onda 2, verificamos que conseguimos melhorar significativamente alguns dos nossos indicadores, principalmente de Educação. Na onda 1 e onda 2, conseguimos doações de filtros de água, seja da Obra Social ou seja da própria concessionária da P5. Para toda família que faz parte do Programa e que não tinha filtro de água, fizemos a entrega do filtro. Chamamos as famílias nas unidades de saúde e foi realizado todo um trabalho de educação ambiental com eles, falando sobre a importância do filtro, como deve ser usado e lavado. E o ACS (agente comunitário de saúde) quando vai fazer a visita domiciliar, vê se o filtro está sendo utilizado ou não pela família.

Aparte do conselheiro Pedro da Luz: Isso foi aplicado apenas na Zona Oeste?

- Não, foi aplicado para todas as famílias. Mas lá foi mais fácil porque na contrapartida do contrato conseguimos que eles (quem?) dessem o filtro, foi até a Ana Carla Badaró que foi responsável por essas... Nós temos vários amigos que trabalham para o Programa e vão conseguindo fórmulas mágicas para gente.

- Esse é o primeiro vídeo que fizemos de uma família da onda 1.

- Vídeo sendo reproduzido –

- Essa família (do vídeo) foi uma prova de fogo para nós. Porque foi em uma sexta-feira no final do dia e chegou o pedido da ASCOM do prefeito para fazer uma reportagem com as famílias do Programa. A Saúde indicou esse endereço, a Assistência indicou aquele senhor, e fomos na surpresa. Quando chegamos, todos levaram um baque muito grande com a família da D. Jussara. E aí fomos conseguindo entender com o relatório do CRAS e da Saúde, que o grande problema da família era, de fato, a informação. Então, quando as duas filhas da D. Jussara dizem que não conseguiram mais uma vez matrícula na escola, era porque elas não tinham entendido o procedimento para fazer a matrícula. Agora mudou. Antes era feita uma pré-matrícula no site. Eram indicadas três ou cinco opções de escola, e depois tinha que ir na CRE para ver se você tinha sido sorteado e lá te diziam em qual escola você tinha que ir fazer a matrícula. Como nunca ligavam para ela, ela entendia que não tinha conseguido matrícula naquele ano para o filho dela. Tínhamos cinco núcleos familiares naquele domicílio. Isso foi um aprendizado para nós, porque quando começamos a fazer a busca ativa, tínhamos um questionário por domicílio. E quando o responsável chegava ao CRAS – nesse caso foi a D. Jussara, então ela respondeu pelo núcleo familiar dela, no caso ela e o marido – os outros núcleos familiares não tínhamos conseguido serem enxergados na primeira busca ativa. Hoje, a primeira pergunta que fazemos é “quantas famílias moram nesse domicílio?” Aí utilizamos questionários individuais para cada família.

- Como tínhamos a ideia de que o IPM tinha que ser o mínimo possível, não pegávamos o nome, CPF, RG ou idade de cada membro, e quando falávamos de monitoramento, nunca sabíamos se estávamos monitorando as mesmas pessoas na onda 1 e onda 2. Agora não, com o nosso questionário já pegamos o nome de todo mundo e sabemos exatamente de quem estamos falando quando o assunto é monitoramento. Tínhamos, então, cinco núcleos familiares e todos eles poderiam estar recebendo Bolsa Família e não estavam. Com o trabalho da Assistência, todos os cinco já recebem o benefício; nenhum dos cinco núcleos participava do CRAS e agora todos estão sendo atendidos; havia cinco crianças fora da escola, agora não há mais nenhuma; tinha uma adolescente grávida de seis meses que nunca tinha feito pré-natal, agora está sendo acompanhada; e o bebezinho, que estava fora da creche, não tinha idade, agora entrou na creche; 18 pessoas não estavam no cadastro do “Estratégia Saúde da

Família” e agora todas estão sendo acompanhadas. Há três meses, quando começamos a falar sobre o lançamento do Territórios Sociais em grandes complexos, a ASCOM do prefeito nos liga e fala “vamos fazer uma reportagem sobre o Territórios Sociais?”. O Comitê Gestor se reúne toda segunda-feira aqui no IPP, e decidimos ir à casa da D. Jussara. Como era uma reportagem para a própria Prefeitura, não ou nós podíamos correr o risco de ir lá de surpresa ver como que estava. Eu acho que o mais importante ressaltar é que o Territórios Sociais não é um programa para tirar a família da pobreza, é um programa para tirar a família da vulnerabilidade. Chegar na casa da D. Jussara com uma reportagem foi um choque para todos os lados. A nossa equipe estava super feliz com o que estávamos vendo, e a equipe de reportagem olhava para gente e para o domicílio e pensava que nós éramos malucos. Porque ainda é uma casa muito pobre, são famílias muito humildes e eles pensavam “o que eu vim fazer aqui?”. E aí elas começam a conversa coma família e fizeram esse filminho:

- Vídeo sendo reproduzido –

- Eram 19 pessoas na casa da D. Jussara, mas um senhor havia falecido, ele tinha hanseníase, mas morreu de um ataque cardíaco. Quando chegamos lá, um monte de gente e nós tentando entender quem era quem e o pessoal chamando alguma Jéssica toda hora e nós não sabíamos quem era. A assistente social olhava o relatório e falava “Não tem Jéssica!” e eu dizendo eu deveria ser o neném recém-nascido, mas aí a assistente disse que o bebê era um menino e a gente continuava sem saber quem era Jéssica. Daqui a pouco a Jéssica aparece, era a cachorra da família. Eu acho que a história da D. Jussara é uma entre milhares. Nas reuniões do Comitê Gestor, temos dois protocolos: o primeiro, de fato, que é ir monitorando esse dia-a-dia, se chegamos ou não nas casas, se a Saúde e a Assistência conseguiram fazer a visita; e também, trazer alguns casos muito emergenciais, que estão passando na frente. Estamos tendo contato com muitos casos como o da D. Jussara.

- No início do ano passado tinha sido feito uma pergunta a nós sobre como conseguiríamos expandir o Territórios Sociais. Selecionamos as áreas de menor IDS, fomos a 20.000 domicílios e encontramos 2.300 famílias. Tínhamos duas opções e uma delas era subir a régua do IDS, mas sabíamos que teríamos que fazer muito mais visitas quanto maior fosse o IDS para encontrar as famílias. E todas as áreas novas da cidade, que apareceram de 2010 para cá, não conseguiríamos enxergar pelo IDS, nem as transformações internas. Então apostamos em duas direções, fizemos reuniões em todas as coordenações locais, juntando Assistência, Saúde e Educação, e eles mapearam pequenas áreas da cidade que possuem famílias com a mesma vulnerabilidade que estamos falando. Acho que conseguimos entender que não bastava ter o olhar isolado da Saúde, da Assistência e da Educação, então esse protocolo integrado serve para que a conta feche muito mais fácil e o outro passo era atingir, de fato, grandes áreas. Então, selecionamos todos os grandes complexos de favelas que têm o menor IPS (Índice de Progresso Social) da cidade. No ano passado a Assistência, durante seis meses, fez um programa chamado Rio+Cidadão, que usou a metodologia da busca ativa de território. Então, tínhamos a pretensão de entrar em seis áreas, que eram: Maré, Penha, Alemão, Rocinha, Cidade de Deus e Pavuna. Mas o Rio+Cidadão, por conta das áreas conflagradas, trouxe Vila Kennedy, separando do Chapadão e Pedreira. E quando resolvemos de fato iniciar o processo, absorvemos as dez áreas. Então, hoje, a nossa meta é até março de 2020 não só ter mapeado 100% desses territórios, mas também já ter feito o protocolo integrado para as famílias que precisam e a volta para vermos o quanto conseguimos melhorar ou não a vulnerabilidade dessas famílias.

Aparte do conselheiro Sérgio Besserman: Andrea, quando você fala sobre “mapear”, inclui ver dados censitários de 2010?

- Não, betemos de porta em porta. Busca ativa, mesmo. Estamos falando em visitar 150.000 domicílios, mais ou menos 420.000 pessoas. [A área de cobertura] só cresce. Toda vez que

vamos para uma reunião com uma liderança, com uma gerente de unidade ou coordenador de CRAS, por exemplo do Chapadão, alguém fala uma coisa do tipo “mas não vamos entrar no Chapadinho?”. Não conseguimos dizer não e falamos que pode ser feito o mapeamento da área. “Mas vocês não vão ao Brejo, na Cidade de Deus?”. Vamos lá também, então nossas áreas estão aumentando. E tudo que foi identificado como onda 3, que são as áreas em que a ponta (profissionais que estão no local) identificou que estavam no limite desses complexos, trouxemos para dentro do Programa. E nossa meta é reduzir a vulnerabilidade de pelo menos 80% de todas as famílias que identifiquemos e trazê-las para dentro do protocolo do Programa.

- Começamos em março com a assinatura do acordo de contribuição com a ONU, nossa parceira, e com o lançamento do Programa. E para entrar nos territórios, fomos a cada um deles pelo menos três vezes. Fizemos primeiro uma reunião técnica com todos os gerentes e coordenadores de área, RTs, e todos os técnicos da Prefeitura a nível de gestão. Depois, voltamos e fizemos reuniões com todas as lideranças comunitárias dessas áreas. E uma terceira reunião com todos os agentes comunitários de saúde para entender como seria o trabalho que faríamos nesses territórios. Para fazer busca ativa nesses 10 complexos, fizemos a contratação de algumas pessoas para o Programa, são os nossos agentes de campo. Esses profissionais estão dentro do território, 95% são moradores dessas áreas, então temos uma equipe fixa no território para fazer apenas a busca ativa. Eles são nossos recenseadores, utilizando uma palavra do IBGE, eles batem de porta em porta aplicando o questionário do IPM. O ACS entra nesse momento um pouco para mostrar esse território, porque por mais que, por exemplo, o agente de campo seja morador do Alemão, ele é de uma comunidade de lá e não necessariamente conhece o Complexo todo. A nossa área de atuação sempre tem como referência as unidades de saúde e os setores censitários que a compõem. O ACS usa muito a lógica da microárea, então temos tentamos fazer uma aproximação da microárea com o setor censitário para que possamos ir mapeando pelos setores. Nessas reuniões com as lideranças e nas áreas, divulgamos o processo seletivo. Toda a contratação foi amplamente divulgada, recebemos 2.876 currículos, foi um processo super longo do IPP com a Assistência, a ONU e um pouco com a Saúde, também. Fizemos primeiro uma triagem e selecionamos 143 currículos e, no final, contratamos 59 agentes de campo. Cada território tem um coordenador, com exceção da Maré e da Rocinha, que são muito grandes e foram divididas entre Maré 1 e Maré 2; e Rocinha 1 e Rocinha 2, respectivamente. E, depois, eles passaram por três dias de treinamento. Nossos agentes usam o Protocolo de Acesso Mais Seguro da Saúde, então temos um grupo no WhatsApp, onde todos os dias as clínicas informam pela manhã, tarde e noite (ou caso mude repentinamente) em forma de sinal se a área está azul, amarela ou vermelha, e por microárea. Hoje, por exemplo, a Cidade de Deus inteira está fechada, mas às vezes a área X está aberta e área Y está ruim. Então, vamos circulando no território em função do Acesso Mais Seguro da Saúde. A ONU fez um treinamento de segurança, próprio de seu protocolo. Porque eles são funcionários da ONU, nesse projeto. Então, fizemos todo um trabalho orientando sobre como se anda no território, falando sobre setor censitário, busca ativa e como se faz o questionário.

- Esse [mostrando no slide] é mais ou menos o número de domicílios que temos por território e o número de agentes que temos para em um ano conseguir fazer esse serviço. Essa [mostrando no slide] é a tela inicial do nosso sistema de monitoramento.

Aparte de conselheiro: Você comentou que contou com a participação das secretarias e com a Saúde? Porque os ACS são os que mais têm permeabilidade no campo...

- Na seleção das pessoas. Eles andam com a gente o tempo inteiro sempre que é possível, sempre que é permitido. Menos quando a liderança reclama ou quando a ACS acha que não tem o que fazer. A Fernanda é a principal representante da Saúde. O legal do Comitê Gestor é que o problema sempre tem um pai, ele nunca é só meu. Sempre quando falamos sobre Territórios Sociais eu falo para o Mauro “chama o Comitê Gestor”. Cada um responde à sua

pergunta. Então, o Pedro, junto com o João e companhia, fizeram esse sistema que está dentro do Siurb. É um sistema para o monitoramento da busca ativa, então conseguimos fazer o filtro por todas as questões do questionário e vamos fazendo relatórios e as secretarias acessam isso. Tem outro painel, que é das secretarias, em que cada gerente de unidade, cada coordenador da CRAS e CRE, consegue ver suas famílias. Então, tem um monitoramento por trás e isso foi muito importante. O monitoramento não está concentrado no IPP, fazemos um monitoramento geral para o Comitê Gestor, sim, mas cada família inserida no Programa tem vários “pais”. Porque ela consegue ser enxergada por cada unidade de referência, tanto da Saúde, Educação e Assistência. E há, também, uma integração: a Assistência, pro exemplo, consegue ver se uma família já foi ou não visitada pela Saúde, ou se uma criança que estava fora da escola já chegou na CRE. Eu brinco dizendo que é como se fosse um grande LEGO e nós vamos encaixando as pecinhas até que consigamos cumprir todo o protocolo da família. Às vezes, a família não recebeu a visita do agente comunitário, mas sabe que precisa ir na Assistência, e vai na frente. Mas depois o ACS faz a visita.

- E o maior impacto hoje que temos no Programa é a quantidade de vezes que não conseguimos estar no território. Hoje mesmo, estávamos no almoço, e a Gabriele me avisa que uma agente nossa quase recebeu um tiro na Maré. Existem áreas, como o Alemão e o Chapadão, em que há mais turnos que não conseguimos andar no território do que, de fato, os que minha equipe consegue andar. É importante dizer que quando minha equipe não está, significa que a unidade está fechada, a escola provavelmente sem aulas e o CRAS não está na rua. Então, se não conseguimos chegar até o final do ano com 100% de visitas finalizadas, 90% da culpa é por conta dessa situação em que hoje vivemos. Esses territórios sempre foram conflagrados, mas nos últimos dois ou três meses estamos vivendo uma situação bem mais complicada.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Qual é aquele [aponta para o slide] território que está melhor?

- Lins, Chapadão, Pedreira, Penha, Rocinha 1 e 2, Vila Kennedy, Maré 1 e 2, Cidade de Deus, Jacarezinho e Alemão. Lógico que a cada mês esses gráficos mudam [mostra no slide]. Todos esses territórios são sempre ruins, alguns menos piores dependendo da época do ano. Às vezes o território não é inteiramente conflagrado, ou o problema não está concentrado naquela área, então temos estratégias de ir por onde está melhor, mas Jacarezinho, parte da Maré e Alemão... A questão da violência está tão problemática, por conta de várias falas do nosso governador e por vários confrontos que estão acontecendo entre facções, que só conseguimos entrar de fato no Alemão há duas semanas. Quando nosso governador disse que ia falar com a ONU para mandar o “boina azul” para as comunidades, eles levaram isso ao pé da letra. Então, quando meus agentes de azul chegaram no Alemão, eles disseram “Aqui vocês não entram, porque vocês vão mapear boca de fumo e traficantes.” E não se podia falar o nome do Territórios Sociais no Alemão. Então, a nossa coordenadora, que é moradora muito antiga do Alemão e conhece a mãe do amigo de fulano e cicrano, conseguiu agendar uma reunião de noite lá no alto do Alemão. E ela negociou a entrada da equipe no território. É nesse nível que nós estamos.

- Eu entro em favela desde 1998 e eu nunca vivenciei o que estou vivendo hoje. Está muito complicado. Não é porque vemos armas, é que o clima de tensão está muito ruim. Os nossos agentes são moradores, eu não preciso dizer outra coisa.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: E foram todos escolhidos tecnicamente.

- Sim, tecnicamente. Quando chegamos numa reunião com uma liderança, e falamos de um programa como esse, e escutamos do líder que não vamos entrar no território, você se choca e diz “você entendeu o que estamos trazendo?”. Tem uma confusão muito grande ultimamente na questão de indicações políticas no território, lideranças, vereadores. Tem um problema político sério nessas áreas “o Estado está longe, quando você chegar aqui não vai ser com pessoas que eu indiquei, mas na hora se você precisar quem vai te socorrer sou eu”, “me paga pra você poder estar aqui”, são algumas coisas que escutamos. Tivemos um problema com alguns territórios, não todos, com o próprio ACS. Eles são muito ligados às lideranças e eles meio que combinaram “me paga um extra que eu faço a busca ativa”. Mas eu disse que precisava de uma pessoa com carga horário de 40 horas e você é 40 horas, então não dá. Mas isso tudo foi muito bem resolvido. Nossa maior preocupação hoje sempre é com a violência. Nosso grupo do Acesso Mais Seguro é desesperador, você acorda e vê vários indicadores todos amarelos, alguns vermelhos e outros verdes, clínica fechada, clínica sendo evacuada.

Aparte de conselheiro: Tem diferença entre área de tráfico e área de milícia?

- Deixa eu fazer uma apresentação? Gabriele e Núbia são as nossas coordenadoras de campo. Na verdade, cada uma toma conta de cinco territórios. Gabi, qual a diferença entre uma área de milícia e uma área de tráfico? A Gabi está na Maré, onde tem duas facções e a milícia. Por isso dividimos a Maré em duas áreas, uma equipe de uma área não pode entrar na outra e vice-versa. Tem diferença entre área de milícia e tráfico? Não tem.

Aparte do conselheiro Fernando Cavaliari: Qual a percentagem de êxito e alcance, apesar disso tudo?

- Eu ainda vou passar isso. Apesar de tudo, somos duros na queda e estamos indo bem. Eu, que tenho experiência em favelas, estou em deparando com alguns casos que há muito tempo eu não via, que são a pobreza extrema de áreas que estão sendo invadidas, sim; casas de pau a pique; casas sem nada; casas emparelhadas de madeira; situações muito precárias.

Aparte de conselheiro: Normalmente em áreas de expansão da favela?

- Normalmente em áreas de expansão ou de densificação extrema, em algumas situações.

- Quando fazemos reuniões com os agentes de campo, escutamos relatos de alguns quase desistindo de fazer esse trabalho por não aguentar ver tanta pobreza.

Aparte de conselheiro: E normalmente é nas áreas de mais difícil acesso.

- Têm algumas áreas do Lins que são bastante complicadas, algumas áreas de expansão da Cidade Deus. Você encontra famílias com leishmaniose.

Aparte de conselheiro: Leishmaniose, inclusive levando a óbitos, que é uma coisa que não víamos há séculos.

- Sim. Sexta-feira às 22h a Núbia me mandando mensagem e, pela hora, eu já sabia que não era boa coisa. Ela me disse que se não fizéssemos um atendimento naquela hora a pessoa iria falecer. Aí acionamos a Saúde, Assistência, todo mundo.

Núbia: O Samu fez o atendimento ao senhor e agora ele está no acolhimento. A casa dele estava com muitos ratos e ele não conseguia se locomover. Teve que abrir a porta para a equipe com o pé. A própria liderança não sabia desse caso. Aí identificaram e acharam necessário comunicar e pedir à Andrea para acionar o Comitê e fazer logo o atendimento dele, não esperar gerar um encaminhamento.

- A rede que criamos com o Programa foi muito importante. Não só no nível de gestores, mas também com a ponta. Uma aciona o outro muito rápido. E chega à nossa equipe, aos azulinhos que estão andando pelo território, muitos casos. Chega desde famílias dizendo que não estavam em casa quando a visita foi feita, mas que querem ser entrevistadas, até pedidos para entrevistar outras famílias. E temos tentado, de alguma maneira, atender todo mundo.

- Esse é o módulo integrado das secretarias, então cada secretaria consegue ver o número de famílias que são identificadas como parte do Programa. Eles conseguem filtrar por todos os equipamentos quem é quem, e quem é responsável já vai lançando todos os atendimentos que vão sendo feitos. Eu posso ter feito 50 atendimentos, mas se não for inserido aqui e vier um secretário ou o prefeito perguntar quantos famílias foram atendidas... é importante que sempre tenhamos o sistema para dar conta. Isso também é um dificultador, porque temos ali o Comitê Gestor, as coordenações, as gerências, os RTs, os assistentes. Precisamos estar sempre falando com a ponta. Esse é o papel do Comitê Gestor. Cada vez que muda um coordenador tem que ir lá de novo, checar o cronograma. A gente tem idas e vindas o tempo inteiro também no programa dentro da Prefeitura. Muda o secretário, aí muda o subsecretário, aí muda o governador, etc. e a gente vai indo.

Aparte do conselheiro Roberto Medronho: Andrea, a maioria dessas pessoas que vocês já entrevistaram qual é a proporção aproximada que já estava cadastrada na Saúde da Família? Muito pequena?

Aparte de uma das integrantes do Comitê Gestor:

- *Pequena no território, pois a gente tem áreas que tem cobertura, áreas dos grandes complexos com cobertura, e duas grandes áreas que não tem cobertura que são a Cidade de Deus, a maior parte; e boa parte do Lins.*

- *Na Onda 1 e na Onda 2 nós fizemos esse levantamento das áreas com cobertura e o percentual de famílias que não tinham cadastros estava em torno de 9% aproximadamente. O restante todas elas tinham cadastro e tiveram os cadastros atualizados nesse processo.*

Andrea Pulici retoma a palavra:

- Porque a questão não é só ter o cadastro, pois às vezes o cadastro está super desatualizado.

Aparte do conselheiro Roberto Medronho: Eu estou perguntando isso, pois obviamente o programa Saúde da Família inclui visitação familiar e a busca ativa do próprio agente de saúde, do médico, do enfermeiro dessas pessoas que não vêm ao centro de saúde. Então, aparentemente está havendo algumas dificuldades.

- O que acontece... Nosso território é muito grande. Eu entro, por exemplo, numa Rocinha e aí eu tenho uma equipe para dar conta de um terço da Rocinha. Essas famílias em vulnerabilidade se mudam muito, então o agente de saúde não consegue dar conta de saber exatamente de saber todo mundo que está ali ou não está. Se a gente vai à casa da pessoa e ela não tem problema nenhum, a gente vai demorar muito para voltar lá porque existem outras cinco mil casas para visitar.

- Eu tenho que fazer atendimento de família na Unidade, pois a equipe também trabalha dentro da Unidade; eu tenho dias que não posso entrar no território. A gente sabe que tem situações nos últimos anos de atraso salarial; de mudança de OS, e então tudo isso gera impacto. Não tem jeito.

Aparte de uma das integrantes do Comitê Gestor:

- A gente tem ações prioritárias. Tem a gestante que precisa receber um número maior de visitas. Por exemplo, também, os pacientes vulneráveis, os acamados, os com tuberculose. Tem a dose supervisionada, então os agentes vão lá conferir se eles estão tomando remédio

ou não. Então, na verdade, a gente tem uma agenda prioritária e aí, feita essa agenda, as outras situações vão se encaixando. Então, famílias que não tem crianças, gestantes e só tem adultos sem nenhum tipo de morbidade se encaixam em uma agenda mínima. A gente vai aumentando a frequência de visita conforme a complexidade dessa família.

A questão da violência e a questão também da migração dessa população acaba fazendo com que tenha esse *gap* de visita. Foi, por exemplo, o caso da família da Dona Jussara. A Saúde que identificou e nos levou lá, mas era também uma família recém-chegada ao território. Ela já tinha sido identificada pela unidade de Saúde, mas ainda não tinha sido feito o cadastro de toda a família.

Andrea Pulici retoma a palavra

Na verdade ela foi identificada na busca ativa, na busca ativa de território. E aí quando a Saúde foi fazer a visita domiciliar se deparou com a Dona Jussara.

Aparte de conselheiro: Uma proposta talvez interessante que talvez pudesse ajudar a dar continuidade a esse trabalho seria incluir, após identificar essas famílias, no caderno de serviços que as OS precisam prestar, pois tem toda uma questão quantitativa, incluir isso como um *plus* de um incentivo àquela OS para ela poder manter um acompanhamento.

Aparte de uma das integrantes do Comitê Gestor:

Durante a Onda 1 e 2, entendendo essa necessidade de acompanhar, nós criamos dois indicadores relacionados a Territórios Sociais que a gente inseriu no contrato de gestão das OSs. Então, na verdade, a gente já tem ali o percentual de famílias acompanhadas, que é calculado em cima do total de famílias identificadas, e tem outro indicador que eu não me lembro qual é. Então a gente já pensou nisso.

Andrea Pulici retoma a palavra

- Porque o Território Sociais, desde o início, foi desenhado – tanto na Onda 1 e 2 – para ser trabalhado dentro da Prefeitura sem ter contratação adicional nenhuma. Então, de fato, Territórios Sociais está atendendo uma demanda muito deprimida. Nosso sonho lá na frente é que esse *start* da família dentro do protocolo seja, de fato, pelo agente de saúde.

- Eu não podia hoje colocar o agente de saúde para fazer, por exemplo, 150 mil visitas dentro de toda rotina de trabalho que ele tem. Além de tudo isso que ela falou tem acompanhamento de Bolsa Família, as equipes foram reduzidas, aumentou o número de áreas dessas equipes e a gente precisava fazer esse mapeamento de ponta a ponta. Por quê? Se eu estou em uma família pobre e me mudo para um território primeira coisa que eu faço é ir à Assistência, é ir à Saúde... Eu me viro. A gente está falando de famílias que não fazem isso. A gente faz uma política pública tentando atender a maioria das pessoas, mas algumas caem. E são essas famílias que a gente está atrás, o vulnerável do vulnerável.

- E, além disso, a Saúde não consegue dar conta de tudo. Por exemplo, o agente de saúde vai lá e vê esse senhorzinho acamado. O agente de saúde não consegue resolver, por exemplo, problema de documentação de uma visita com a assistente social. Então, a ideia desse protocolo é que um vá passando para o outro. Ou seja, eu fiz a identificação e já passo para a Assistência. Eu tento levar a família na Assistência, se a família não chegar lá a Assistência vai tentar fazer o acompanhamento familiar. Se o agente de saúde chegar e se deparar com uma criança fora da escola, ele vai fazer o que? Então hoje a gente está com um sistema onde eu identifico essa criança fora da escola e a Assistência tenta levar ela a CRE. Não chegou? Aí é um problema da Educação. A Educação tem aquele programa “Tô aqui, professor” que era

anteriormente o “Aluno presente”. Eles estão com uma equipe para tentarem dar conta de trazerem de volta para escola essas crianças prioritárias.

- Então, a gente está falando das famílias mais vulneráveis mesmo. Tanto que não é para todo mundo. Para vocês terem uma ideia, a gente bateu, em dois meses de programa, em 21 mil domicílios e conseguimos fazer, de fato, 13 mil entrevistas. Nós temos três mil famílias para o monitoramento sendo que se eu fosse usar o primeiro critério do Território Sociais que é só IPM 2 E 3, eu estaria falando só de mil famílias. É que a gente resolveu trazer para dentro do programa também extrema pobreza que não têm Bolsa Família. Então incluímos 2500 famílias de extrema pobreza e que não têm Bolsa Família, grande parte porque não tem o documento, não tem o CadÚnico. E a gente já identificou 351 crianças fora da escola e esse número é alto. Em seis meses de Rio+Cidadão foram 1600 crianças que a gente achou fora da escola de 4 a 14 anos, faixa etária onde a gente tem a obrigação de oferecer acesso à escola.

- E para dar conta da questão da documentação a gente se junta e cada um dá o seu pouquinho. A SMDEI entra, por exemplo, com caravana de emprego levando oferta de trabalho, carteira de trabalho, vaga de Jovem Aprendiz. A gente conseguiu parceria com a Fundação Leão XVIII para conseguir isenção de todos os documentos da família, documentos que são perdidos nas enchentes, nas mudanças. O Detran tira os documentos; a Saúde leva todos os serviços de saúde; a Educação faz matrícula na hora; a Assistência já faz CadÚnico. Então a gente leva um dia por mês no território o que a gente está chamando de “Territórios Sociais em Ação”. Mês passado, a gente fez 1482 atendimentos no Alemão. A gente está aproveitando que as escolas municipais estão abrindo no Sábado Carioca até meio dia, então a gente negociou com a Educação de eles estenderem um pouquinho até às 14h. Então a gente faz a ação social de 9h às 12h30min, pois até terminar o atendimento e recolher tudo a gente coloca até 14h. Sábado passado foi no Jacarezinho e tivemos 1.411 atendimentos. A gente vai ainda esse ano na Cidade de Deus, Penha, Rocinha e Pedreira. E na reunião com a Leão XVIII eles nos ofereceram a possibilidade de tirar a carteira de identidade das nossas crianças nas escolas. A gente começa a nossa primeira ação sábado, vai ter a ação do Identifica Rio.

Aparte de conselheiro: Existe procura fora do alvo?

- Na verdade, as Ações Sociais eu mantenho aberta. Então o que eu faço? Identificamos que eu tenho vinte famílias que precisam de carteira de trabalho, o nosso agente de campo vai às casas dessas famílias pega um papel próprio dizendo que eles têm que comparecer até 10h da manhã naquela escola e não precisa enfrentar fila. A SMDEI leva 100 carteiras de trabalho. Então eu deixo 80 para o público e 20 ficam para Territórios. Se até às 10 horas eles não chegarem lá, aquelas senhas são liberadas para a população.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação também tem uma parceria com o CIEE que é um curso de capacitação profissional voltada para jovens. Então, todos os cursos do “Jovem Alerta” também estão voltados para Territórios Sociais. A gente teve uma primeira turma no Lins onde 85 jovens se formaram e ontem tivemos a primeira aula na Rocinha e em novembro a gente faz na Vila Kennedy. A cada dois meses o CIEE oferece para a prefeitura cursos de capacitação profissional. Eles entram naquele cadastro CIEE e a diferença do “Jovem Alerta” nessa parceria com a Prefeitura é que esse jovem tem uma busca de vaga específica para ele e ele é monitorado dentro daquele Jovem Aprendiz durante um ano. Então, a empresa não faz um desligamento para ele sem ter negociado com o CIEE.

Aparte de conselheiro: Qual é o curso de capacitação?

- De mercado de trabalho. Primeiro emprego. Então, eles aprendem como fazer currículo, como se comportar dentro do emprego, fala um pouco de planejamento familiar, uso de drogas e álcool.

Eu passo a palavra para o Valverde para falar um pouco do nosso grande desafio que é a questão de infraestrutura.

A palavra é dada a Luis Fernando Valverde, Coordenador de Articulação Institucional

- Boa tarde a todos! Inicialmente dentro do Comitê Gestor a gente tinha apenas a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação para tratar das demandas referentes aos assentamentos e aos domicílios. Então, na medida em que o trabalho começou a acontecer, o grupo percebeu que nas Secretarias do Eixo Social (Saúde, Educação, Assistência, Emprego e Renda) já tinha um protocolo definido, mas na área que seria o Eixo Urbano isso não era tão claro porque a gente tem uma série de secretarias que atuam no Territórios que não estão representadas no Comitê Gestor. Então aquela demanda de precariedade dos assentamentos não se resolvia apenas com a Secretaria de Habitação porque, tradicionalmente, se tem um cardápio relativamente fechado em relação a programas de urbanização ou produção habitacional via Minha Casa Minha Vida. Então havia outra série de ações em outras secretarias que precisaria ser levada em consideração para se pensar o que fazer com Territórios, principalmente enfrentando, de forma individual, algumas demandas.

- Então, em função disso, já em setembro do ano passado, foi feita uma resolução da Casa Civil, uma resolução que criou o grupo de trabalho do Eixo Urbano. Junto com a Casa Civil a gente discutiu qual seria o formato, qual seria a composição. A ideia da resolução é que esse grupo deve elaborar relatórios propositivos para cada assentamento e analisar as condicionantes de urbanização e de melhorias habitacionais. Como a gente vai mostrar na apresentação, a gente tem assentamentos e domicílios em diferentes condições na intervenção. Então, quais são os órgãos integrantes desse grupo de trabalho: Habitação – que já está no Comitê Gestor; a Casa Civil – também representada no Comitê Gestor; o IPP – que também está no Comitê; a Subsecretaria de Habitação – que faz parte da Secretaria de Infraestrutura de Habitação; a Fundação Parques e Jardins; a Secretaria de Transportes; a GeoRio; a Rio Águas; a Comlurb; a Rio Luz; a Secretaria de Conservação; a Secretaria de Urbanismo e a Secretaria de Meio Ambiente.

- Vocês vão ver um pouco do motivo desse conjunto de órgãos interagindo no Territórios. O papel do IPP, especificamente, é apoiar o levantamento de dados e a sistematização de informações para que elas estejam disponíveis para os órgãos e os ajudem a pensar em ações dentro das suas competências, de forma isolada ou de forma integrada. Isso para subsidiar desenhos de ações para melhorias das condições dos domicílios e dos assentamentos. Então da mesma forma que na experiência piloto de Territórios Sociais aconteceu nas Ondas 1 e 2, nós também começamos a atuar nessas Ondas 1 e 2, que, como vocês viram no mapa, estão concentradas muito na AP5 e um pouco na AP4, na Zona Oeste.

- O funcionamento da metodologia de utilizar o IDS em setores mais precários, a gente percebe que esses assentamentos da Zona Oeste, de modo geral, apresentam uma precariedade social maior que no restante da cidade.

- Na Onda 1, a gente teve um total de 44 assentamentos analisados. A gente enfrentou também, a maioria foi vistoriada, mas a gente enfrentou a mesma dificuldade em relação à violência. Apesar de não serem esses grandes complexos, na Zona Oeste nós tivemos muitas dificuldades de entrar em alguns territórios.

- A metodologia do grupo, no início, tinha uma logística que era coordenada pela Casa Civil que articulava um grupo de secretarias para fazer uma vistoria conjunta no território. Um

reconhecimento desses vários órgãos a respeito das demandas dos assentamentos em todo domicílio. A Habitação vistoriava os domicílios já com olhar da unidade habitacional, não era apenas aquelas questões do IPM, mas um produto maior de ações; e o resto das secretarias observava o território pensando nas ações que eles poderiam realizar.

- Então, em uma parte desses assentamentos, no dia em que a vistoria estava marcada alguma situação impedia de fazer a vistoria e ela não acontecia. Mas, de um modo geral, a gente verificou que na Onda 1, do total de 44 assentamentos, 20 comunidades já eram consideradas urbanizadas ou parcialmente urbanizadas. Esse é um dado importante porque sendo uma comunidade urbanizada ou parcialmente urbanizada a melhoria habitacional torna-se mais viável na medida em que existia uma infraestrutura no território. Diferente de quando, além da precariedade na unidade, há uma precariedade no assentamento como um todo. Então aquela precariedade afeta não apenas as famílias que estão classificadas pelo Territórios Sociais por aquela metodologia, mas também o conjunto de moradores daquela comunidade mesmo que eles não estejam na extrema pobreza.

- A gente verificou também que havia outros assentamentos que necessitavam de uma análise preliminar, pois nós tínhamos também assentamentos que não eram passíveis de urbanização. Então, como eram áreas muito precárias, a gente encontrou muitos assentamentos que ficam nas margens de rios e que precisam de uma análise prévia da Rio Águas e do Meio Ambiente em relação ao risco que eles correm em função dessa localização geográfica e em áreas de risco geológico e o geotécnico .

- Em relação aos domicílios, classificados como Territórios Sociais, são 609 nessa primeira Onda. E com restrição ambiental foram 274. Só que, repetindo, quando o assentamento tem algum tipo de restrição ambiental, ela afeta não apenas as famílias classificadas pelo Territórios Sociais como também famílias no geral que constitui o assentamento

- Por exemplo, tem uma área de risco geológico e o geotécnico ou de alagamento, e tem 30 famílias Territórios, eu não posso agir apenas em relação às 30 famílias Territórios. Tem que ser o conjunto de domicílios que está naquela condição.

- Nesse exemplo da Onda 1, de 274 domicílios Território Sociais que se encontram em algum tipo de restrição ambiental, eu tenho morando nesse assentamento 2.620 famílias, então o problema é muito maior.

Aparte de Conselheiro: Você tem o tamanho dessas áreas?

- A gente tem. O grupo que está fazendo essa análise – temos o Sérgio Bello, a Ruth, o Pedro - está fazendo da mesma forma que no restante do programa. Temos um painel de monitoramento baseado nessas informações, só que além de trabalhar com a camada de informações dessas entrevistas, estamos trabalhando com a camada de informações territoriais que temos no IPP. Então, para que esta análise das restrições ambientais fosse feita criamos camadas de informações para disponibilizar para os outros órgãos para que eles individualmente ou em grupo possam fazer o tipo de análise necessária. Por exemplo, uma faixa de rio, não é só a Rio Águas que determina a faixa de proteção em função dos problemas hidráulicos de evasão, mas também a Secretária de Ambiente estuda as características ambientais daquela faixa do rio. Então gera uma análise conjunta.

- Tem uma série de informações que já estão disponíveis que, independentemente de você ir a campo, já tem essas informações no sistema. A ideia é permitir essa gestão de ordem coletiva.

- E, na Onda 2, das 511 famílias, usando a mesma lógica, a mesma análise, foram 43 assentamentos. E da mesma forma a gente identificou nessas áreas com restrição 511

domicílios no total de 841 que é o Territórios Sociais, onde mais da metade está em situações de restrição ambiental, porém nesses assentamentos a gente tem 4.396 domicílios.

- A gente gerou dois tipos de diagnóstico em função dessas vistorias: um diagnóstico dos domicílios e um diagnóstico dos assentamentos.

- Para cada assentamento a gente tem um diagnóstico por domicílio e o diagnóstico também por assentamento em relação às maiores precariedades habitacionais em cada assentamento. Então a gente aponta um diagnóstico bem sumário da precariedade, da realidade habitacional e com essas informações essas famílias podem ser identificadas, pois esse banco está cruzado com o banco geral de informações que estão sendo monitoradas, com as possibilidades das melhorias habitacionais, com os pontos críticos a essa situação.

- Esses domicílios, na sua maioria, foram vistoriados um a um pelos agentes da Secretaria de Habitação. Então a gente desenvolveu com a participação de todas as secretarias do grupo de trabalho dois softwares, um para assentamentos e um para domicílios – e eles foram aplicados individualmente nos domicílios e coletivamente nos assentamentos.

- Para cada assentamento a gente tem um diagnóstico bastante completo onde a gente identifica esse território. A gente tem os domicílios Territórios Sociais que foram identificados nesse local e a gente tem uma série de informações.

- A gente encontrou na AP5, nas Ondas 1 e 2, bastante assentamentos com características, em alguns casos, rurais. E isso representa um desafio diferente ao tipo de análise que você tem que fazer. Você pode ter áreas consolidadas ou áreas que claramente são vetor de estação dentro de unidades de conservação. Tem muita presença desse tipo de assentamento no Maciço da Pedra Branca e na Tijuca.

- Há situações tradicionais que as Secretaria de Habitação e de Infraestrutura usam o “Favela Bairro” ou o “Bairro Maravilha”, mas às vezes você tem uma área de características muito rurais que talvez a solução ideal seja uma solução coletiva de tratamento de esgoto. Porque se você levar infraestrutura para um local muito distante, além de você estar induzindo um vetor de crescimento, você tem um custo muito alto.

Aparte de conselheiro: E quando se identifica que está em uma área de preservação ambiental, qual é o procedimento?

- O que a gente está fazendo é encaminhar para cada órgão.

Aparte do Conselheiro Sérgio Bello: Só complementando, na realidade a gente fez algumas coisas online, a gente propôs ações e encaminhou ofícios às secretarias solicitando a execução de algumas obras. Nosso grande desafio hoje é monitorar esses retornos desses ofícios

Andrea Pulici retoma a palavra

- A verdade é que a gente quer sair do gerúndio. Ao mesmo tempo em que na reunião com o prefeito, ele me olha e fala: “Nenhuma casa Territórios Sociais pode cair, né?”. Eu não quero ter esse peso nas minhas costas, então a ideia é que além desse diagnóstico a gente faça proposições. O grupo do Eixo Urbano também se reúne periodicamente, ou seja, não é nem uma ideia que saia da cabeça dos técnicos do IPP, é sempre muito bem compartilhada, e aí a gente oficia a secretaria, e de vez enquanto, a gente vai consolidar relatórios e enviar para o prefeito para ele também ir acompanhando o andamento desse jogo.

Aparte do conselheiro Pedro da Luz: A entrada da precariedade é sempre daqueles territórios, daquelas favelas, né? Quer dizer, isso marca o território que vocês vão abordar. Vocês identificaram alguma solidariedade intracomunidade?

- O Eixo Urbano aqui está falando ainda dos setores censitários, das Ondas 1 e 2. Lógico que a gente sabe que em grandes complexos não vai poder usar essa lógica de visita, pois um setor censitário a gente identifica tudo em um dia de visita. Em grandes complexos o que a gente tem procurado fazer? A gente fez fichas com nossos agentes de campo. Então, por exemplo, o agente de campo identifica uma área muito precária em termos de infraestrutura, ele preenche aquela ficha, manda para o Comitê Gestor, a gente analisa e aí encaminha para o Eixo Urbano.

Aparte do Conselheiro Pedro da Luz: Existe uma atividade da comunidade solicitando vocês?

- Não é da comunidade. É do nosso agente de campo, do nosso pesquisador que está batendo de porta em porta. Então, por exemplo, tem ali o limite do Lins e ele chega aqui (apontando para o mapa) e vê que cresceu uma área extremamente precária sem água e sem esgoto, ele vai bater foto e preencher uma ficha e vai mandar para gente, o Comitê Gestor, a gente olha e analisa. A gente fecha esse diagnóstico e primeiro encaminha para equipe técnica do IPP e eles começam a buscar qual é o setor censitário... Aquilo que o Valverde falou.

Aparte do Conselheiro Pedro da Luz: Mas eu digo assim, a vulnerabilidade pode estar em alguns lugares extras, para além desses grandes complexos. Por exemplo, Copacabana. Não é um perímetro, mas ela pode acontecer.

- Mas isso não chega na gente, pois a gente não está lá. Eu posso responder pelo Comitê Gestor. A ideia do Territórios Sociais sempre foi utilizar critérios técnicos para seleção de territórios. Hoje qual foi o nosso critério técnico adotado para Onda 1 e para Onda 2? Setores censitários de menor IDS. Ampliação de Territórios Sociais de pequenas áreas: identificação do território. Quem é esse território? Agente comunitário de saúde, assistente social. Eles já fizeram o mapeamento e eu tenho 190 e poucas novas áreas que a gente está tentando fazer com que o ACS seja responsável por fazer a visita. Então a gente vai pegar uma área piloto e vai fazer isso. É o seguinte, o ACS constatou que aquela área é muito vulnerável, 200 casas, se ele fizer 200 entrevistas e nenhuma delas for Territórios Sociais ele vai entender que tem subir ou descer um porquinho o critério de seleção.

- E aí, tem outra questão para grandes complexos, tanto que a gente trata "Territórios Sociais – Grandes Complexos". Aqui estou falando de macro e eu não posso colocar o ACS para visitar 150 mil domicílios em quatro ou cinco meses. A gente precisou de uma infraestrutura para fazer Territórios Sociais e até quando eu olho para o Eixo Urbano eles não vão revisitando todos os domicílios Territórios Sociais de grandes complexos. A gente vai ter que ter critérios de identificar vulnerabilidades dentro desses grandes territórios. Todos eles são urbanizados, mas a favela cresce. Ela cresce para cima e, algumas pequenas, crescem para uma área de mato. Esse que está crescendo dentro do mato em casa de pau a pique ou restos de madeira, esse é o foco de Territórios Sociais, pois o resto tem esgoto. Por exemplo, agora vai ter o projeto "Comunidade Cidade", do Estado, na Rocinha. E aí, eu fui conversar com a Ruth : "O que eu identificar de muito precário você absorve para mim?" Porque eu tenho certeza que você não vai conseguir bater de casa em casa. Tenho certeza absoluta que eles estão fazendo vitórias, mas todas as vulnerabilidades e vulneráveis eles não pegam. Então a gente vem fazendo assim. Teve uma área da comunidade de Furquim, em Vigário Geral, que a gente pediu para Habitação absorver as famílias para dentro do Programa. Foram lá, fizeram a vitória e trouxeram. Então, a gente também está sendo um pouco inventivo. Sabemos que dinheiro novo na Prefeitura está meio difícil, então a gente vem tentando também trabalhar com o Comitê interno dentro do cardápio da Prefeitura. Porque se a gente esperar... "Ah, tem um assentamento ali vamos urbanizar ele inteiro. 50 milhões" Nada vai acontecer. Por exemplo,

Pedra Branca. 400 domicílios na Pedra Branca, Territórios Sociais são 40. A gente vai tirar só os 40? Não pode. Entendeu? O 40 talvez a gente conseguisse, agora os outros 300 e poucos já gera um probleminha. O Eixo Urbano, de fato a gente demorou até para entender como seria essa possível estrutura de tentar fazer mais por menos.

Valverde retoma a palavra

- Uma lição em termos de práticas, de gestão de informações por parte do IPP – e eu acho que essa era a missão do grupo, de apoiar essas políticas públicas com dados qualificados – é aproveitar a riquezas dessas informações dessas entrevistas que são realizadas e cruzar essas informações com as camadas de informações que já tem no IPP. E a gente tem essa missão de pensar grandes territórios... Esse número (mostrando slide), por exemplo, é o número de famílias que já foram entrevistadas. A gente tem uma série de questões que foram levantadas na entrevista que já estão representadas nesse painel.

- Aqui (mostrando slide), por exemplo, destacamos algumas em relação às condições urbanas . Essa é uma camada de informação atualizada pela Habitação sobre o grau de habitação dos assentamentos. A situação dos grandes complexos é muito diferente das Ondas 1 e 2, que tem muitas áreas de proteção ambiental. E a gente tem informações como a situação de pessoas em situação de índice de pobreza, características de domicílios em relação a bens como fogão, geladeira, pia, chuveiro e também água e esgoto; características das casas em relação ao piso ou a paredes; número de membro de família e renda. E, por exemplo, a pergunta que foi feita sobre a cobertura da família, nesse dado que foi levantado com 11 mil famílias entrevistadas, 90% eram cobertas pela Estratégia de Saúde da Família. Porém, quando você coloca aqui pessoas que não tem filtro, esse número já cai para 30%. Isso mostra a relação entre a precariedade daquelas famílias com a cobertura da estratégia.

- Nós, por exemplo, podemos pegar um território. Vamos pegar aqui o Morro da Pedreira, nós temos domicílios que já foram entrevistados, quanto mais a gente aumenta aqui [fazendo referência ao slide] nós vamos tendo essa percepção sobre o risco dessas famílias que moram no território da Pavuna. Estou colocando as famílias que não tem filtro, logo eu vou colocar nenhum. Aqui, por exemplo, eu vou colocar as pessoas que não tem fogão. Três famílias. Eu também tenho informações sobre a renda dessas famílias. Então nós imaginamos que esse tipo de painel de informações territoriais possa ser ampliado para outros assentamentos. E que essas informações possam ajudar a tomada de decisões por parte dos órgãos que já estão no território. Tem secretarias que implementam programas como o “Bairro Maravilha” ou tem uma discussão sobre o “Favela Bairro IV”. Nosso objetivo é continuar o mapeamento dessas informações e disponibilizar para as secretarias para poder direcionar melhor as ações.

A palavra é dada a Sergio Bello, da Coordenadoria Técnica de Projetos Especiais do IPP

- Como o Eixo Urbano trabalhava? Nós montávamos uma reunião em campo com duas vans, eram 20 pessoas. Um pessoal ficava a cargo de olhar os domicílios e o restante para olhar a comunidade, saber como estava a iluminação, a rede de esgoto, etc. Então montávamos esse diagnóstico, que foi apresentado aqui nos exemplos, fazíamos um relatório de ações, e, por fim, encaminhávamos os ofícios.

- O que acabou acontecendo? No fundo a coisa era muito lenta, porque você não consegue reunir todo mundo na mesma hora. Nem todos estão disponíveis, também outra preocupação que nós tínhamos: não possuíamos tanto poder de decisão. Nós somos só técnicos, e, por isso, tínhamos que convencer o nosso superior da importância do projeto. Então, nós estávamos querendo mudar um pouco a estratégia. Conversamos com o porta-voz do governo e chegamos à seguinte conclusão: precisamos separar essa questão da vistoria.

- A primeira vistoria nos domicílios tem que ser feita pela Habitação em companhia com Instituto Pereira Passos com a presença de arquitetos responsáveis. Eles são qualificados para fazer as vistorias nos domicílios e verificar as condições nos assentamentos. Depois vai ser demandada outra reunião e outra vistoria com o pessoal da RioÁguas, da GeoRio. Assim nós começaremos a separar os módulos.

- O que temos que fazer? Reunir os técnicos do IPP, GeoRio, Habitação e RioÁguas e fazer um diagnóstico de cada assentamento desse domicílio. Eu preciso, nesse caso específico, não tratar só o domicílio, mas também a comunidade, e por isso teremos que acionar o Estado, Ibama e etc. Separamos na primeira caixinha as questões relacionadas à restrição ambiental. Tem que fazer uma análise das condicionantes, um relatório e um desenvolvimento das ações. Separamos em outra caixinha, os problemas relacionados à habitação. Às vezes, a casa está razoável e o problema está no modo social, como falta de documentos.

- O assentamento quando está urbanizado, está fácil. Quando não está, eu tenho que fazer um relatório de ações sobre as intervenções que eu posso fazer nesse lugar. Aí eu vou cair nas caixinhas da habitação, talvez ter que fazer um “Favela-Bairro” ou “Minha casa, Minha vida”. Então, você vai caindo nessas questões: quais são os órgãos competentes, quais são as ações?

- Nós estávamos separando em três grandes caixas para tentar definir se temos que criar novas caixinhas. As caixinhas que temos no Eixo Urbano são muito poucas, como temos coisas muito pulverizadas, é necessária uma série de outras ações.

- Hoje o nosso grupo está focado em duas frentes. Uma delas é o relatório da gestão ambiental. Temos cerca de seis mil domicílios na Onda 1 e Onda 2 que precisam ser tratados. Cada casa, cada comunidade tem uma história, em função de onde está. Vou precisar talvez conversar com a RioÁguas. Nós precisamos fechar esse cartel de informações para cada situação.

Andrea Pulici retoma a palavra

Pulici: O eixo social teve um questionamento do Tribunal de Contas sobre qual era o critério de seleção daquelas unidades que estão sofrendo intervenção. Ou seja, teríamos uma solução, é isso que o Tribunal está propondo, teríamos um critério técnico para a intervenção nesses domicílios.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Quando teremos resultados?

- Todo dia no sistema é um dia com resultados, porque é possível ver que já temos famílias sendo visitadas pelos ACS's, famílias chegando no CRAS, crianças sendo matriculadas na escola. Nós primeiro colocamos o projeto para andar, nós já passamos pelo desafio de conseguir entrar nos 10 territórios de toda a área e hoje já estão chegando famílias no sistema.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Quando é que teremos estatísticas organizadas?

- A ideia é que todo mês lancemos um boletim sempre atualizando o programa. Inclusive nos comprometemos na comunidade a sempre fazer isso.

- Em volta do grande complexo nós estamos absorvendo áreas. Por exemplo, todo Alemão e toda a Penha vão para um único CRAS. Eu tenho que ter o cuidado para não sobrecarregar o departamento e essa família não ser atendida, a probabilidade de ela voltar lá é zero, por isso temos que ir devagar. Provavelmente nós não vamos conseguir resolver todos os problemas dos complexos, estamos indo com calma. O desafio é enorme. Se conseguirmos até o final de 2020 resolvermos boa parte desses dez territórios, ficaremos satisfeitos.

A palavra é dada a Alain Grimard, oficial internacional sênior do ONU-Habitat no Brasil e no Cone Sul:

- Quero agradecer e parabenizar essa iniciativa que para nós é muito boa. Faz mais de 25 anos que estou trabalhando em cidades do mundo inteiro, e para mim é o exemplo perfeito de um projeto, uma iniciativa que tem impacto concreto positivo. Queremos documentar mais, usar essa metodologia e ferramenta em departamentos municipais. Em fevereiro de 2020 teremos evento em Abu Dhabi. Acho que seria uma oportunidade compartilhar o projeto com outras

-Maricá está utilizando essa metodologia para fazer a mesma coisa nos bairros populosos, e ontem falamos com o estado de Alagoas e provavelmente o governador irá usar essa ferramenta para fazer esse mesmo trabalho nas cidades metropolitanas de Maceió.

Aparte do conselheiro Mauro Osorio: Se passarmos os próximos 10 anos sem renovarmos a estrutura da prefeitura, nós vamos perder tudo aquilo que conquistamos. Se demorar muito os recursos, sem sair dessa crise, não tem como continuar. A faixa etária de quem está trabalhando é de 50 anos?

Andrea Pulici retoma a palavra

- Sim, tem muita gente se aposentando. A Assistência é um caos, ser coordenadora de CRAS. Imagina um CRAS que atende todo o Alemão e a Penha. Você tem 3/4 das pessoas no CRAS atendendo, sendo que 2/3 são contratos de OS que atrasam o salário há 6 meses .

A palavra é dada a Ana Carla Bardaró, Gerente de Integração Governamental da Secretaria Municipal da Casa Civil na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

- O programa é sensacional, sou muito fã. Esse é o programa mais exitoso que o prefeito colocou dentro do plano estratégico dele. Não temos noção do quanto ele se multiplicou. Dá para atendermos 2.500 famílias em 4 anos, agora estamos entrando nas comunidades mais problemáticas da cidade. Trabalhar em grandes complexos não é fácil.

- Eu queria só falar umas coisas que eu acho importante tratar e até conversar com o pessoal da Casa Civil que está desenvolvendo o PDS. Eu acho que esses dados que a gente está conseguindo coletar, tanto da agenda social quanto da urbana, tem que estar representado lá. Eu vou conversar com alguém que está trabalhando nisso para ter um olhar bem delicado e inserir esse assunto dentro do plano.

- A outra coisa é o seguinte, vê com o pessoal da Agência de Fomento do Município do Rio – Fomenta Rio sobre a possibilidade que eles disseram de algumas instituições ter fundos sociais que pudessem estar ajudando. O Fomenta Rio pode ser uma porta de entrada desses recursos. Buscar convênios e parcerias. Eu também lembro que a gente começou a conversar em algum momento, logo na Onda 1 e 2 que íamos fazer visitas, e pessoas da própria Secretária de Assistência diriam assim “ Vocês estão visitando essa área, mas tem uma muito pior do que essa que vocês visitaram”, então isso entrou para o programa como uma rotina? Ou não?

Andrea Pulici retoma a palavra

- Então, temos hoje a Onda 1 e Onda 2 que estamos monitorando. Nós sabemos da dificuldade de fazer a primeira visita onde não tem cobertura de saúde da família, aí a gente manda um agente, por exemplo, da vigilância, e aquela família não se identifica. O CRAS é longe do local e a pessoa não vai. Então, nós temos famílias que ainda estão sendo visitadas pelo CRAS, mas ainda não temos esse monitoramento. Foi o que eu falei, tem duas expansões dessas pequenas áreas que é a Onda 3 e o ‘blocão’ que é grandes complexos.

Essas pequenas áreas da Onda 3 que estão perto dos grandes complexos já estão sendo visitadas pela nossa equipe.

- E essas outras áreas já estamos definindo um piloto para conversar com o ACS e trazê-las para dentro do sistema. Já temos tudo mapeado, inclusive o pessoal do Eixo Urbano já está olhando esses locais, até na frente do Social. Estamos devagarzinho para não perdermos famílias ou não criar uma expectativa que não consigamos cumprir.

- Como a ideia é que isso seja política pública, não vai acabar em março, a ideia é que persistamos, então preferimos fazer em “passinhos de bebê”. Se der errado, para retomar é um problemão. Com a onda 3 nós vamos usar 100% de equipe própria, ou seja, ACS e assistentes sociais que irão visitar, precisamos de muita calma nessa hora para não atropelar nada. Na Onda 1 e Onda 2 foi feita a busca ativa por conta da avaliação de impacto e nos grandes complexos a busca ativa está sendo feita por uma equipe própria. A primeira vez que, de fato, vamos negociar com a ACS de fazer busca ativa é com a Onda 3, e aí temos que ter muito cuidado, porque estamos em uma fase complicada com os ACSs.

- Sexta passada recebemos um comunicado do sindicato dos ACSs de que eles não poderiam trabalhar com Territórios Sociais, por isso estamos trabalhando em cima da legislação dos Agentes Comunitários de Saúde. Optamos por ir devagar para que haja entendimento entre todos os envolvidos no programa, porque se temos um trabalho em equipe ruim tudo também fica ruim. Como estávamos no momento de entrar em 10 complexos, decidimos por frear a Onda 3. Quando tudo estiver sob controle podemos reprogramar a sua volta .

- O nosso conceito de integração passa pelo pressuposto de uma ação combinada, ninguém está mandando em ninguém. Aqui é todo mundo igual, eu acho que isso que facilita o nosso trabalho.

O presidente Mauro Osorio agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.